

SA

**ACTA Nº 002 – 2017/2021 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.** -----

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu na Delegação Norte da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia da Póvoa de Varzim, em sessão ordinária, presidida pela Presidente, Sandra Maria Araújo Amorim, e secretariada por Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro e Joaquim Oliveira Carvalho. Foram comunicadas duas substituições, de Johnny Roberto de Sousa e Silva, por Carlos André de Sousa Maio, do PS, e de Lara Lúcia Dinis C. Rocha por Rui Manuel Santos Lopes, do CDS-PP. Verificadas as presenças, constatou-se estarem presentes dezanove membros referidos na folha de presenças, que constará como anexo n.º 1 a esta ata, fazendo parte integrante da mesma e os ofícios de substituição constarão como anexos 2 e 3, fazendo parte integrante da ata. -----

Estiveram presentes à sessão o Sr. Presidente da União das Freguesias e todos os elementos do executivo. -----

Secretariou a sessão a Assistente Técnica, Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as atas das reuniões da Assembleia de Freguesia. -----

**1 – LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS** -----

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

1º - Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a Autarquia. -----

2º- Proposta para marcação de reunião prévia para discussão do Regimento desta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

3º- Discussão e votação para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018. -----

4º -Discussão e votação para aprovação do Mapa de Pessoal desta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

5º - Discussão e votação para aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas nesta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

6º - Apresentação do Inventário da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

7º - Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo Amorim, deu início à sessão, cumprimentando e dando as boas vindas aos presentes. Apelou à sã convivência e respeito mútuo entre todos os membros, de modo a garantir o bom funcionamento desta Assembleia e desejou que esta sessão decorra com civismo e espírito democrático. Informou que a convocatória foi efetuada nos termos da lei e deu a palavra a Joaquim Oliveira Carvalho que leu o edital da convocatória. Antes de dar início à ordem de trabalhos, a Presidente informou que se alguém pretender intervir no “Período destinado à intervenção do público” se deve inscrever agora, sendo que foram devidamente registados os nomes das pessoas que pretendem usar da palavra.-----

1º - Período para tratamento de assuntos de expediente e de interesse para a Autarquia. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados, respeitando a ordem de inscrição. -----

---Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, dirigiu cumprimentos e desejos de bom ano a todos os presentes e solicitou informação à Presidente da Assembleia, sobre o facto de não fazer parte da ordem de trabalhos a informação escrita do Presidente da Junta acerca da atividade e da situação financeira da freguesia e decorrente deste facto apresentou um voto de protesto ao Sr. Presidente da Junta, solicitando que o voto seja discutido, votado e que fique registado em ata. Diz ainda que além dos esclarecimentos devidos pelo Presidente da Junta, aguarda que tenha a humildade de reconhecer que falhou. Na continuação do uso da palavra, solicitou diversos esclarecimentos relativos a subsídios, valores solicitados e atribuídos, se a Junta suspendeu subsídios, mas se irá pagar posteriormente, questionou valores de troféus oferecidos pela Junta, quem fez convites e disse estranhar que não se juntasse cópias dos ofícios às atas. Afirmou que há 20 anos que não vê atas tão mal elaboradas e que o Presidente deve fazer parte dos presidentes especiais "4 em 1", sendo presidente da Junta, sendo Executivo, sendo Assembleia e sendo lei, e que faz tudo mal, mas faz porque é quem manda. Disse que o Presidente criticou durante 4 anos o seu antecessor, mas em vez de fazer melhor, piora e que só se lembra de uma palavra – vergonha. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 4 e fará parte integrante desta ata. -----

Rui Manuel dos Santos Lopes, do CDS-PP, cumprimentou todos os presentes e questionou qual o âmbito da auditoria em curso, quais as datas que abrange e em que moldes foi adjudicada e pretende saber qual a finalidade do gabinete de contabilidade e fiscalidade que vai ser criado e quem vai ser responsável pelo mesmo. A sua declaração de voto, constará como anexo n.º 5 e fará parte integrante desta ata -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, apresentou cumprimentos a todos os presentes e declarou satisfação e orgulho pelo lugar de deputado nesta Assembleia na condição de eleito pela CDU. Deu os parabéns aos presentes pela eleição e desejou um mandato com reflexos positivos para a Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. Saudou o Presidente do executivo pela eleição e conquista da "cadeira de sonho" e disse que para ocupar essa cadeira é necessário honestidade, competência e humildade e que espera que tenha sempre discernimento em temas essenciais em prol dos fregueses da União das Freguesias. Na continuação do uso da palavra, falou do tema dos incêndios, disse que foi abordado por utentes que lhe disseram que após ter sido feita limpeza dos terrenos, os inertes continuam no local, sem recolha e que também não podem fazer queimadas para os eliminar, pelo que propõe ao Presidente do executivo que, em parceria com o executivo camarário, crie um serviço público e gratuito que permita remover esses mesmos inertes. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 6 e fará parte integrante desta ata. -----

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, apresentou cumprimentos e desejou feliz 2018 e iniciou manifestando perplexidade com os documentos que recebeu e que disse ser informação pobre e insuficiente, mostrando-se desagradada pois tinha expectativa de receber documentos bem elaborados e justificados. Mediante citação de alguns itens de atas, pede esclarecimentos sobre o que encontrou de tão grave para pedir uma auditoria, quando começou e quando estará concluída a mesma, qual o nome da empresa que está a realizar esse trabalho, quanto custa a auditoria e se cumprirá o legalmente previsto fazendo chegar os resultados à Assembleia e, mediante os mesmos, se estará disponível para exigir responsabilidades. Aborda o assunto da contratação de CEIs

(Contrato Emprego Inserção) e pergunta quem aprovou a contratação, quanto irá custar e quando terá início a prestação de trabalho e diz ainda que, mediante o que leu, o Presidente já contratou um funcionário sem autorização para o fazer pelo que se pergunta se temos um “executivo sombra”. Disse considerar falta de consideração a alteração da data da Assembleia e que lhe parece arriscado ser tão próxima do fim do ano e pergunta se é muita confiança ou apenas arrogância de quem tem maioria. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 7 e fará parte integrante desta ata. -----

José Manuel Araújo Nogueira, do PS, apresentou cumprimentos e disse que era importante informar de que tratam os vários processos citados na ata n.º 2 e como estão a decorrer, pretende saber a que se refere o ofício do Millennium BCP, de créditos cedidos no valor de 142 434,00 euros e se a alteração que pretendem fazer do nome do Gabinete de Urgência Social está relacionada com o modelo de funcionamento ou se vai mudar porque o Presidente não gosta do nome. Pretende saber ainda se alguns pagamentos que sabe estarem em falta já foram regularizados ou se foram suspensos como a generalidade dos subsídios. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 8 e fará parte integrante desta ata. -----

Carlos André de Sousa Maio, do PS, apresentou cumprimentos e disse que lamenta que a Junta tenha promovido uma homenagem, no dia de Beiriz, e o S. Martinho dos Avós e Netos e não tenha cumprido o protocolo, convidando todos os elementos da Assembleia, demonstrando falta de respeito e consideração pelos elementos da oposição. Disse ainda que compreende o descontentamento com a ausência de alguns funcionários da Junta na tomada de posse e instalação da mesma, mas que não aceita que devido a esse facto, lhes tenha dirigido uma reprimenda, pois a obrigação dos funcionários é cumprir as suas funções e horário e desde que o façam bem, nada mais importa. Acha legítimo o Presidente ter assumido funções a tempo inteiro, mas não entende que apresente o Sr. Amadeu Matias como presidente da junta de Beiriz e o Sr. Augusto Moreira como presidente da junta de Argivai; diz que só pode compreender esta situação como vaidade pessoal das pessoas em causa, à qual o Presidente teve de ceder para ter o seu apoio e se existem três presidentes, então não existe um a tempo inteiro e o salário teria de ser dividido, pois não considera justo que eles assumam as responsabilidades de Beiriz e Argivai e só o Presidente receba o dinheiro. Pergunta ainda se o Governo abrir o processo das freguesias, o presidente irá defender a desagregação da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai ou não. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 9 e fará parte integrante desta ata -----

Joana Vieira da Silva, do PS, apresentou cumprimentos e pergunta em que moldes vão ser feitas as reportagens da Voz da Póvoa, qual o seu propósito e quais os custos. Gostaria de saber como correu a iniciativa S. Martinho dos Avós e Netos, a adesão verificada e as despesas que teve. Quer esclarecimento sobre o protocolo assinado de parceria com o Grupo de Ação Local para a valorização costeira/pesqueira do litoral norte, qual é o papel deste grupo e qual o papel do Presidente da Junta neste protocolo. Pergunta ainda se não seria necessária a autorização do Executivo e da Assembleia para assinar o protocolo e gostava de saber, face às notícias que circulam sobre dificuldades económicas, se a Junta tem dinheiro para honrar compromissos até ao final do ano e de onde veio o dinheiro que tem utilizado neste período e se o apoio financeiro que diz que o município concedeu não seria referente aos duodécimos em falta nas

verbas assumidas pelo Município. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 10 e fará parte integrante desta ata -----

Renata Pinto de Sousa Costa Leite, do PSD, apresentou cumprimentos e dá os parabéns ao Executivo pela organização, em apenas dois meses, dos eventos Magusto de Avós e Netos e o Pai Natal vai às escolas, por serem atividades que promoveram a união de crianças, jovens e idosos e que se revelaram muito positivas. Desejou a todos os presentes Boas Entradas em 2018. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 11 e fará parte integrante desta ata. Francisco José Maio Ribeiro, do CDS-PP, apresentou cumprimentos, disse que gostou da intervenção da Renata Leite e dá os parabéns à Presidente da Assembleia, Sandra Amorim, por ser a primeira mulher presidente da assembleia na Póvoa de Varzim e lembra que ela e a Mesa que preside foram eleitos por unanimidade da Assembleia. Fez questão de dizer que nesta primeira Assembleia apenas estava a observar os "atletas em campo" para depois em futuras assembleias, saber como agir. Pediu à Presidente que não permita que a Assembleia se torne uma feira e que faça respeitar as regras, impondo o respeito que é devido a todos quanto votaram para formar uma Assembleia responsável e respeitada. Dá os parabéns a todos os colegas pela eleição e chama a atenção para a maioria. Diz que deve haver intervenção de todos e não só quem abane a cabeça. Dá os parabéns ao Presidente do Executivo pela eleição e diz que pensa que foi atingido o objetivo pois com o trabalho do presidente e colegas de partido, na campanha, conseguiram a maioria que desejavam. Afirmou não vir com disposição de questionar por questionar e tudo fará para contribuir para o bem da União das Freguesias que representa. Desejou um Bom Ano de 2018 a todos. -----

Abel António Ribeiro A. de Sousa, do BE, apresentou cumprimentos afetuosos a todos os fregueses, em especial aos que nele votaram e permitiram a presença do Bloco de Esquerda pela primeira vez nesta Assembleia de Freguesias. Cumprimentou também todos os colegas eleitos e desejou um trabalho profícuo para a comunidade que representam. Disse que a hora é de responsabilidade e que tem consciência do poder real que têm e das limitações que irão condicionar o mandato, mas irão cumprir os compromissos assumidos e trabalhar de forma transparente e com rigor. Terão uma postura de total abertura, não abdicando de princípios, para colaborar no que sirva os interesses das populações. Deseja que exista capacidade de diálogo, transparência e rigor e que todos têm obrigação de dar o seu melhor, pois representam quem os elegeram, provando que o poder local é uma das boas conquistas alcançadas com a revolução de 25 de Abril. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 12 e fará parte integrante desta ata -----

Nuno Miguel Bastardo Roldão, do PSD, apresentou cumprimentos e disse que estando no fim do primeiro trimestre de funções da nova Junta, e nem sequer 60 dias decorridos até à convocatória da Assembleia, verifica que muito trabalho foi realizado, várias atividades realizadas e várias decisões tomadas e mesmo as contrariedades com que a Junta se deparou não impediram a garantia e disponibilidade dos serviços, citando várias iniciativas que agradece como cidadão e como deputado e realça o empenho e esforço dos elementos da Junta. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 13 e fará parte integrante desta ata. -----

Hamilton Manuel Lopes Ribeiro, do PSD, cumprimentou os presentes e lembrou que a União das Freguesias foi inventada e imposta pela Troika e não existiu opção de escolha. -----

Terminadas as intervenções, a Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo Amorim, colocou o voto de protesto apresentado pelo PS em aceitação, tendo sido rejeitado com 10 votos contra e 9 votos a favor. -----

De seguida, deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, deu as boas vindas a todos que foram eleitos e agradeceu o contributo que irão prestar nos próximos 4 anos. Disse não entender o voto de protesto, pois convocou todos os líderes de bancada de todos os partidos representados na Assembleia de Freguesia de modo a dar conhecimento e esclarecer todos, respondendo a todas as perguntas que lhe foram colocadas. Na altura, todos concordaram com a necessidade de se fazer uma Auditoria e foram informados dos constrangimentos com que se debatia este novo Executivo. Não apresentou as contas do 1.º trimestre porque havia situações pendentes de resolução e todos sabem que ainda não se conseguiu “arrumar totalmente a casa” e não seria de todo viável apresentar contas porque ainda havia muitas situações pendentes. Em relação à atribuição de subsídios a suspensão é passageira até que haja resultados da auditoria, pois só com conhecimento da real situação financeira se poderão analisar e atribuir subsídios. Informou que a auditoria teve início na semana em que contactou os líderes de bancada e está previsto terminar no final de janeiro. A firma responsável pela auditoria é *Esteves Pinho e Associados*. Informou que com a auditoria não está em causa a legalidade de nada, nem faz juízos de valor, mas que existem processos pendentes em tribunal, com a reclamação de elevados montantes a esta União de Freguesias. No início do ano existiam 153 mil euros que transitaram do ano anterior, no fim do ano têm dinheiro para pagar apenas as despesas correntes e pouco mais, pelo que querem ter um ponto zero, de partida e criar procedimentos compatíveis com a dimensão desta União das Freguesias. Respondeu à questão “Se a Junta tinha um Castanheiro?": o Executivo não tem um castanheiro, mas dispõe de faturas das castanhas, para quem desejar mais pormenores. Lembrou que o Magusto dos Avós e Netos foi organizado em apenas uma semana e que correu muito bem, e que é tradição ser a Junta a fornecer as castanhas para os Magustos de Escolas de Beiriz, Argivai e Póvoa de Varzim, bem como dar resposta às solicitações de IPSSs que também comemoram o S. Martinho. Esta é uma Junta para fazer mais, para ajudar mais, não me propus nunca a fazer menos. Quanto ao departamento de contabilidade e fiscalidade, afirma que irá ser criado para que exista mais organização na contabilidade e centralização de recebimentos e para informatizar os recibos da feira, parque e terrados e que será constituído com pessoas que já aqui trabalham. Informa que todas as juntas estão a planear um levantamento dos terrenos a limpar e irão ser feitas ações de sensibilização para que todos os terrenos sejam limpos até 15 de março, e que, após esta data, se os proprietários não fizerem a limpeza, terá de se agir, conforme a lei determina. Quanto aos inertes, informa que ele mesmo, com Amadeu Silva e Augusto Moreira, juntamente com a vereadora do ambiente do Município estão a rever e a tentar melhorar esse serviço, porque considera que os inertes resultantes das limpezas de arbustos, árvores e jardins constituem um dos principais problemas

da recolha de lixo nas duas freguesias. Informa que um CEI+ (Contrato Emprego Inserção+) custa à Junta mais ou menos 100,00 euros por mês e que vai ser necessária uma pessoa para pequenas obras e reparações, que a candidatura foi feita, aguardamos a sua aprovação e relembra que ainda ninguém foi contratado. Quanto à questão da data da sessão da Assembleia, informou que foi marcada para esta data por responsabilidade própria, porque achou mais responsável apresentar um Orçamento Previsional, porque queria apresentar documentos previsionais que fossem o mais próximo do real possível. O Protocolo Costeiro foi realizado por várias entidades em parceria e pretende-se a divulgação de verbas disponíveis para associações ligadas à economia do mar. Sobre os processos a decorrer em tribunal já todos têm conhecimento do que se trata na reunião que fiz de esclarecimento após a tomada de posse. A Junta de Freguesia tinha relações comerciais com a empresa *WebSys Consulting*, de prestação de serviços e venda de equipamento informático e elaborou contratos que agora o fornecedor alega não estarem a ser cumpridos. O assunto está em tribunal e aguardamos os resultados. Existe ainda o processo movido pelo anterior tesoureiro, que alega que o anterior Presidente não tinha competência para lhe retirar o cargo. E o processo com a *Grenke* em que existe um contrato que a Junta deixou de pagar, porque afirma o anterior Presidente que o material que consta no contrato nunca foi entregue. Explicou que a alteração do nome do Gabinete de Urgência Social, para GIAS – Gabinete de Inclusão e Ação Social, não é porque não gosta do nome, que até tinha lógica há uns anos em que se vivia uma crise aguda, mas agora pretende-se um gabinete mais vocacionado para a inclusão e para o acompanhamento e prevenção, daí a alteração da designação. Disse ter sido falha do Executivo, e que não se voltará a repetir, o facto de não ter convidado a totalidade da Assembleia para os eventos Avós e Netos e Dia de Beiriz. Quanto ao facto de tratar Amadeu Silva e Augusto Moreira por presidentes, é ao mesmo tempo uma questão de educação e sentido de respeito pelo lugar que ambos ocuparam e também porque para ele continuam, de facto, a ser responsáveis de Beiriz e Argivai e os considera o seu braço direito nas duas freguesias. Em resposta à questão se continua a defender a desagregação de freguesias, afirmou que nunca concordou com a agregação de freguesias, mas neste momento é o que temos e é com isso que temos de trabalhar. Afirmou ainda que dada a votação que teve, parece-lhe que apresentou a melhor solução para uma situação que não agrada a nenhuma freguesia. No entanto, se o governo cumprir, garante o Presidente que será o primeiro a apresentar proposta para desagregação. Terminou agradecendo a intervenção de todos. -----

Carlos Alberto da Silva Frasco pediu para novamente intervir e disse que o Presidente deve ter feito confusão, que agradece a explicação, mas o que ele queria era informação sobre a atividade da Junta que não foi entregue discriminada e devia ter sido entregue. -----

2º- Proposta para marcação de reunião prévia para discussão do Regimento desta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

Sandra Maria Araújo Amorim, Presidente da Assembleia, propôs duas datas para reunião prévia, dia 9 ou dia 11 de janeiro e foi aceite por unanimidade a data de 11 de janeiro, pelas 18h00, na Delegação Norte, para apresentação e discussão de propostas de revisão do regimento desta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

3º- Discussão e votação para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018. -----

A Presidente deu a palavra aos deputados, por ordem de inscrição. -----

José Manuel Araújo Nogueira, do PS, disse que o conteúdo inicial do documento não é mais que a matéria da campanha eleitoral do PSD e que o Relatório de Contas continua a não referir muitos itens, designando-os como outros e que continua a mostrar um objetivo político como mero complemento da atividade da Câmara Municipal, estando a Junta presente como parceiro de menor importância por fazer parte do protocolo. Diz saber que uma junta dinâmica e atenta tiraria protagonismo à Câmara Municipal e que esta posição do PSD mostra um conveniente desconhecimento da realidade nacional, onde as juntas estão dignamente representadas pelos seus autarcas com atividades vitais e lembra que seria importante que o programa eleitoral do PSD para esta União das Freguesias não ficasse, mais uma vez, só no papel do discurso. A sua declaração de voto constará como anexo nº 14 e fará parte integrante desta ata.-

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, sem qualquer desconsideração de carácter pessoal, lamenta uma apresentação da proposta de plano e orçamento com tanta falta de estudo e preparação, pois leu uma transcrição do programa eleitoral à qual acrescentaram alguns números. Aceita que tenham o programa como referência, mas um plano é outra coisa. É preciso dizer o que querem fazer e quais os meios para tal. O plano plurianual não apresenta qualquer investimento ou verba para além de 2018 e a estrutura de receitas/despesas é preocupante, porque as despesas correntes são superiores às receitas correntes, logo pretendem viver acima das possibilidades. Outra questão importante é que as despesas com pessoal são cerca de 50% das despesas correntes e numa autarquia, pela natureza dos serviços que presta, nada justifica esta percentagem. Continua dizendo que é necessário que a Câmara transfira competências para a Junta e pergunta qual o papel da Junta na antiga escola da Lapa e que seria muito importante ter uma sede própria, com impacto na organização e rentabilização dos serviços que prestamos. Falou ainda do final da concessão às empresas de transportes e que seria bom a Junta apresentar propostas sobre esta matéria, referiu a educação pré escolar e do 1.º ciclo, com oferta pública insuficiente e a funcionar em turno duplo, e termina dizendo que a Feira das Moninhas tem uma verba destinada em orçamento que não corresponde às obras e intervenção que seriam necessárias para este espaço, pois não dispõe de condições físicas e estruturais aceitáveis e diz que o orçamento apresentado é dececionante, tem muito palavreado mas pouco ou nenhum senso. A sua declaração de voto constará como anexo nº 15 e fará parte integrante desta ata -----

Abel António Ribeiro A. de Sousa, do BE, disse que atendendo às notas prévias, verifica que estão reféns e condicionados pela governação do passado. Continua com rubricas, como outros, diversos e afins que não permitem saber a que se referem. Não vai aprovar o orçamento e referiu ainda que existe uma verba exorbitante que não sabe a que se refere, em que diz "aquisição e serviços". ---

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, diz considerar o Plano de Atividades e Orçamento como um documento muito importante, pois é a base estratégica do Executivo e que deve por isso ser cuidadosamente elaborado e rico em notas explicativas para que não haja dúvidas na gestão de dinheiros públicos, mas que se deparou com um documento pobre em informação e que ficou na dúvida se não estaria a ler o programa eleitoral do PSD e, considerando o pedido de rigor

que o Presidente e alguns elementos da sua equipa exigiam do executivo anterior, esperava receber informação detalhada, mas que lhe parece haver no Plano de Atividades uma tentativa de iludir a Assembleia e total falta de orientação estratégica e falta de preparação para assumir o executivo. Fez várias perguntas, disse que em relação a anos anteriores foram criadas novas rubricas, mas continua com falta de clareza quanto à finalidade de aplicação das verbas e pergunta se não seria de abrir mão da execução de algumas propagandas eleitorais para focar no essencial e se foi em consciência que se preparou o orçamento, pois esperava mais. Diz que o orçamento se faz acompanhar de muitas dúvidas, de falta de rigor e falta de transparência, pelo que agradece resposta às questões que formulou. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 16 e fará parte integrante desta ata. -----

Rui Manuel Santos Lopes diz que não viu nenhuma rubrica destinada à criação de um espaço verde na Travessa de Calves e pergunta qual a verba destinada e qual a data para execução e deixa uma sugestão de melhoria para o Parque de Merendas, no loteamento da Quintela, que seria criar uma entrada pela Rua Nova de Casal do Monte. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 17 e fará parte integrante desta ata. -----

Carlos Alberto da Silva Frasco disse que o orçamento lhe parece um *flyer* da campanha eleitoral e que o mesmo não deve ser um documento de meras políticas avulsas, sem estratégia e objetivos, pois dispõe de um orçamento de 756 mil euros e este devia ser o documento mais importante da Junta de Freguesia. Em vez de mensagem do Presidente e explicação do orçamento, disse ter um *flyer* da campanha eleitoral e notas prévias com queixas da herança, críticas ao passado e quase nada de objetivos para o futuro. Disse que era uma desilusão enquanto estratégia, quanto à apresentação e quanto às opções e que opções do plano não existem, só orçamento e reduz-se a meia dúzia de páginas, onde estão registadas as receitas e as despesas e é uma cópia malfeita do executivo anterior, os valores diferem, mas é exatamente o mesmo modelo. Disse que ouvindo o Presidente falar na comunicação social se pensava que o valor seria inferior, mas verifica-se que até é superior. No plano plurianual existem 12 rubricas, mas só 6 poderão ser consideradas projetos de investimento e só 3 são propostas deste Executivo, pois 3 transitam do anterior. Perguntou onde estão as grandes obras e projetos. Afirmou que o Plano Plurianual é pobre no que diz respeito a projetos de investimento e ainda ficou mais pobre, porque se retirou o projeto da nova sede da Junta. Disse que a Junta recebe cerca de 120 mil euros da Autarquia e que não aparece este valor em despesas de capital porque só parte é atribuído a investimentos, o que transparece falta de rigor. Afirmou esperar deste Executivo mais ambição, mais estratégia, mais ideias e mais abertura a novas propostas e acha que o Presidente perdeu uma oportunidade, pois a impressão que passa deste documento é de desorientação, impreparação e desconhecimento do que é e deve ser um Plano de Atividades e Orçamento e de qual deve ser o papel da Junta no desenvolvimento das freguesias. Por tudo o que descreveu e por considerar que este orçamento não responde aos problemas mais urgentes da União das Freguesias, afirmou que o Partido Socialista vai votar contra. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 18 e fará parte integrante desta ata. Nuno Miguel Bastardo Roldão, do PSD, no uso da palavra, disse que o orçamento espelha o cumprimento escrupuloso do compromisso eleitoral, pois foi através dele que foram eleitos e não entende a admiração da oposição, pois



estranho seria não o fazer. Lembrou que se baseia numa previsão real da receita, que tem em conta as receitas fixas, mas também os investimentos e atividades e que a importância da constituição desta União das Freguesias é base para a elaboração do orçamento, com definição de responsáveis em cada uma das freguesias, assegurando a realização de obras e manutenção. Afirmou que a descentralização será uma realidade, com atividades também em Beiriz e Argivai, estando definida a compra de uma viatura, para facilitar essas deslocações entre freguesias, que serão criados regulamentos para as diversas linhas de ação e vários serviços serão implementados. Referiu que a inclusão social é outro pilar do orçamento, e que vai abranger vários serviços, e referiu também que o Desporto vai ser alvo de várias apostas, visando influenciar de forma determinante a formação dos mais jovens e a qualidade de vida dos mais velhos. Irão ser criados vários serviços de apoio à família e será dado um foco especial ao apoio à população idosa. E porque perdemos o futuro quando esquecemos o passado, a cultura, história e tradições serão motivo de ações especiais. Lembrou que estão já algumas obras previstas no orçamento e terminou desejando sucesso na concretização do plano de atividades apresentado. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 19 e fará parte integrante desta ata. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no uso da palavra, lembrou que as promessas de campanha são para cumprir e que neste Executivo será sempre prioridade realizar o que foi prometido. Quanto à crítica de que se mantém a despesa com funcionários, e dado estar apenas há mês e meio em funções, afirmou que já ouviu falar em despedimentos por email ou sms, e que não passaria a ser o primeiro a despedir gente por orçamento previsional. Informou que irá avaliar todo o trabalho que cada um desempenha e se esse mesmo trabalho é útil à União das Freguesias, e então serão tomadas decisões. Explicou que os serviços de apoio são consideradas despesas correntes, que os 153 mil euros que falaram de aquisições e serviços são um somatório de rubricas que estão discriminadas; que aceitaria de bom grado novas competências, desde que tivesse condições humanas e financeiras para as realizar; que uma das suas prioridades é a ação social e serviços que promovam a melhoria da qualidade de vida da população; que sempre foi, e continua a ser, a favor de uma nova sede mas que não irá ficar refém neste mandato de uma nova sede para a Junta. Referiu que contrariamente às opiniões da oposição, considera o plano de atividades ambicioso. Continuará a apoiar as instituições sem fins lucrativos e este Executivo já tem muito trabalho visível, em apenas um mês e meio já se fez uma grande intervenção na Feira das Moninhas, com pintura e manutenção de espaços e recuperação de serviços sanitários e foi feita a pintura, manutenção e remodelação na sede, com meios humanos próprios. Lembrou que o veículo referido irá ser uma mais valia na deslocação entre freguesias e irá apoiar vários serviços, citando como exemplo os domicílios e serviços de apoio à ação social e as obras ao domicílio. Afirmou que a Feira das Moninhas costuma rondar os 90 mil euros anuais de receita, mas que pretende fazer investimentos nesta valência que lhe permita aumentar receitas. Foram comprados novos equipamentos para o Parque de Nova Sintra e retirados os que lá estavam já degradados, por questões de segurança. Informou que a Junta irá participar na criação de eventos para idosos na antiga escola da Lapa. No desporto, irá continuar o Torneio Ovo de Páscoa e criar os torneios Bola de Neve e

Basquetebol de Rua e criar um Campeonato de Jogos Tradicionais Poveiros. Será feita uma campanha de sensibilização de registo e licenciamento de cães e gatos; o registo será grátis e será oferecida formação para os donos dos animais. Será feita a promoção e exposições de património associativo. Está previsto o alargamento do cemitério em Beiriz e obras pontuais em Argivai. E para terminar, disse que não imaginava que ia causar tanta convulsão este relatório, pois nele estão explanados os objetivos que pretendem levar a Junta até à população, que é o seu principal intuito. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, do CDU, pediu para intervir e disse que ou o Presidente está cansado ou interpretou mal e quer esclarecer que não pediu nem sugeriu que se despedisse ninguém, o partido que elegeu o Presidente é que costuma despedir sem contemplações; referiu que também era a favor de uma nova sede, que conferisse mais dignidade a esta União das Freguesias. Disse que os deputados têm direito a fazer as suas intervenções sem serem interpelados pelo Presidente da Junta de forma agressiva, pois isso revela falta de cultura democrática para ocupar a tal "cadeira de sonho". -----

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, usou da palavra dizendo que falta a ponte entre o Plano de Atividades e o Orçamento, bem como informações que permitam analisar corretamente os documentos. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva disse que, numa próxima vez, tentará que existam notas explicativas, mas, no entanto, considera o documento suficientemente explícito para que necessitem de explicações mais pormenorizadas e que reflète o programa a que se propuseram. Declarou que não prometeu pedir mais competências, pelo que não as irá pedir e que vai fazer todos os possíveis para cumprir o programa eleitoral e tudo o que prometeu. Disse ainda não perceber como se pode cortar drasticamente na despesa com os funcionários sem despedir ninguém. Encerrou a sua intervenção, dizendo que não houve tempo para elaborar um programa conjunto e discutido por todos, mas que tal aconteceria ao longo deste mandato. -----

José Manuel Araújo Nogueira, do PS, disse que havendo necessidade por parte da Junta, se deviam pedir delegações de competência para resolver assuntos pendentes. -----

Carlos Alberto da Silva Frasco afirmou que não vai encarar como ofensa pessoal o que o Presidente da Junta disse e que, em relação à sede, entende que o Presidente perdeu uma boa oportunidade e que gostava de saber o que o Presidente não entendeu bem na intervenção que fez. -----

A Presidente da Mesa, Sandra Maria Araújo Amorim, colocou em votação o Plano de Atividades e Orçamento para 2018. -----

O Plano de Atividades e Orçamento foi aprovado por maioria, com 10 votos a favor e 9 votos contra. -----

4º -Discussão e votação para aprovação do Mapa de Pessoal desta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

A Presidente deu a palavra aos Membros da Assembleia, por ordem de inscrição. Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, começou por dizer que se sente admirada e com falta de vontade de estar presente nesta Assembleia, de seguida referiu que o Mapa de Pessoal peca pela ausência de explicações e tem má apresentação. Não existe informação sobre as razões do aumento do Quadro, se é de todo indispensável ou se existem necessidades cuja satisfação fica aquém por falta de pessoal. Diz que um colaborador é identificado apenas pelo apelido e questiona se a omissão é para não dar a saber que quem presta e

quem recebe o serviço são pessoas diferentes. Indicou que o Sr. Anselmo, que abre e fecha o cemitério de Beiriz, não consta do Mapa e perguntou se o mesmo é voluntário da Junta. Consta que a maioria dos colaboradores se encontra em regime de prestação de serviços, condição temporária e precária, e formula diversas perguntas terminando dizendo que perante o que referiu, vai votar contra e que não é contra os trabalhadores que integram o Mapa, mas pela forma como o mesmo está elaborado. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 20 e fará parte integrante desta ata. -----

Abel António Ribeiro A. de Sousa, do BE, disse que o Mapa explica que tem pessoal a recibos verdes, CEI+ (Contrato Emprego Inserção+) e duas situações dos funcionários de Argivai, pelo que sugere que os precários que realmente fazem falta sejam integrados na Junta de Freguesia. -----

Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, disse que o Presidente se está a esquecer que no ano passado existiu uma tentativa de abrir um concurso para regularizar várias situações e que votou contra. Diz que, segundo declarações do Presidente como deputado, o mesmo considerou um insulto à inteligência a leitura do orçamento, especialmente associado ao Mapa de Pessoal, pois era um Mapa que implicava gastar com o pessoal mais de metade do orçamento da Junta, retirando a capacidade de investimento, pelo que votaria contra e convidou os deputados a votar contra. Passado um ano, aumenta os custos com o pessoal e o peso no orçamento é o mesmo, pelo que diz gostar de saber em quem deve confiar, no Presidente ou no Deputado. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 21 e fará parte integrante desta ata -----

O Presidente do Executivo, no uso da palavra, afirmou que responde a uma situação que é um ataque à inteligência de qualquer um e lembra que o concurso público, sendo legal, não garantia a integração dos atuais trabalhadores, pois qualquer um podia concorrer e ficar com o lugar, como é natural num concurso público. Questionou ainda se alguém ali sabia quantas pessoas estavam previstas na tal proposta de aumento do quadro de pessoal. Disse ainda que saindo a lei dos precários, serão integrados os trabalhadores que forem considerados realmente necessários. Disse que não será possível fazer obras e desenvolver atividades, sem mão de obra. Dando como exemplo que não pode mandar o berbequim fazer obras à casa das pessoas, pois tem de mandar alguém. E questionou se isso não era um investimento no bem estar dos Poveiros. Disse precisar das pessoas e quanto aos falsos recibos verdes, existem situações que se tentarão resolver, irá avaliar caso a caso e depois ajuizar. -----

A Presidente da Assembleia colocou o Mapa de Pessoal em votação e o mesmo foi aprovado por maioria, com 10 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções. – 5º - Discussão e votação para aprovação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas nesta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados por ordem de inscrição. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, do CDU, disse que com a agregação das freguesias, a que se opôs e continua a opor, os atestados que em Beiriz, custavam 50 cêntimos passaram a custar 2 euros, tendo na altura a CDU feito uma intervenção sobre a falta de justiça dessa medida e continuam a ter a mesma opinião pelo que entendeu propor que o valor seja nivelado a 50 cêntimos para toda a União das Freguesias; propôs também que os atestados

para prova de residência a estudantes deslocados sejam gratuitos e serão estas as condições para votar a favor deste Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças para 2018. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 22 e fará parte integrante desta ata -----

A Presidente da Assembleia pôs a proposta anterior em aceitação e foi aceite com 10 votos a favor, 8 votos contra e 1 abstenção. -----

A Presidente da Assembleia colocou a proposta aceite em votação e foi rejeitada com 10 votos contra, 2 votos a favor e 7 abstenções. -----

A Presidente da Assembleia pôs em votação o Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças que foi aprovado por maioria, com 10 votos a favor, 1 voto contra e 8 abstenções. -----

6º - Apresentação do Inventário da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados por ordem de inscrição. -----

Joana Vieira da Silva, no uso da palavra, disse ter falado, em abril passado, sobre este assunto, mas que constata que continuam os mesmos parâmetros. É competência da Assembleia apreciar o Inventário dos bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a respetiva avaliação, que não duvida que este documento contenha todos os bens patrimoniais, mas não está de acordo com a lei e gostava de ser esclarecida sobre o porquê do inventário não ter a avaliação dos bens. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 23 e fará parte integrante desta ata. -----

O Presidente da Junta, Ricardo Silva, explicou que foi feito um novo inventário, com descrição exaustiva de todos os bens, mas que não dispunham ainda dos valores atualizados. -----

7º - Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos fregueses por ordem de inscrição. Victor Pinto, no uso da palavra, desejou bom ano a todos e disse ser a primeira vez que participa nesta Assembleia, congratula-se por ver trabalhar de modo diferente e na qualidade de freguês queria dizer que em relação aos precários, se sente admirado pelo Presidente do Executivo dizer que ia contratar um CEI+, pois não considera isso boa política e pede-lhe que não faça isso. Mostrou-se também preocupado por ter verificado que uma bancada de esquerda nesta Assembleia quer reduzir custos com pessoal, com as implicações que isso acarreta. Sabendo que irá haver uma candidatura para revitalização do Aqueduto de St.ª Clara, e estando à vista de todos a construção ilegal ao longo dos Arcos, pergunta se a Junta vai participar e colaborar, ou será apenas mero espectador; sabendo a Junta que estamos no fim das concessões de transportes urbanos, não será altura de apostar num plano de mobilidade. Afirmou que fomos afetados em reação à política florestal com os incêndios e tendo sido aprovada verba para as autarquias, para as faixas secundárias, pergunta o que fez a Junta, se se candidatou ou não a essas verbas. Por último, deixa a sugestão da Junta adquirir *software* livre, o que terminaria com os problemas com contratos de *software* e equipamentos e termina desejando boa sorte para o resto da legislatura, que começa tensa, mas espera que termine bem. -----

Rogério do Poço, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e disse nunca faltar ao respeito a ninguém, porque sabe ouvir e sabe quando tem o direito de falar e viu nesta Assembleia muita falta de respeito pela Presidente da

Assembleia, pois várias pessoas falaram e interferiram, quando não o podiam fazer, incluindo elementos do Executivo. Pede que a Presidente da Assembleia requeira que as pessoas ao votar se levantem, pois quem está lá atrás no público, não se apercebe das votações efetuadas. Disse que, analisando com muita serenidade e sem imposturice, deduz que quando se pede uma auditoria é porque se está preocupado com alguma coisa, por isso têm de esperar com calma e agradece que quando houver resultados sejam comunicados a todos, para que ninguém faça suposições erradas. Para terminar, desejou boas festas a todos. -----

Manuel Albino cumprimentou os presentes e disse que se devia alterar o regimento e o publico inscrever-se a qualquer momento da Assembleia para falar. Apresentou fotos de lixo espalhado (consta como anexo n.º 24 e faz parte integrante da ata) e que, segundo ele, leva dias para ser recolhido e disse que mais uma vez pede para colocarem placas com aviso das datas de recolha de monstros e outros lixos. Queixou-se de muitos gatos vadios a vaguear pelas freguesias e disse que junto às instalações da Junta de Freguesia, em Argivai, existe uma garagem e que o dono da mesma tem dificuldade de sair e entrar, porque estacionam em frente à mesma. Desejou bom ano a todos. -----

O Presidente do Executivo usou da palavra e respondeu que em relação ao Aqueduto de St.ª Clara, a Junta agradece a pergunta ao freguês Victor Pinto, já que foi exatamente a propósito de uma ação de sensibilização para recuperação do Aqueduto que se conheceram. Disse que o seu interesse continua o mesmo e até se sente mais envolvido por agora dirigir o Executivo da Junta. Pretende contribuir no que possa para o restauro do Aqueduto e afirmou ainda que se dedicará a desenvolver ações de cariz cultural e desportivo que deem ao Monumento Nacional a devida visibilidade e atratividade. Lembrou que os contratos CEI+ (Contrato Emprego Inserção) foram criados pelo Estado Português e são pagos pelo estado, mas prometeu ser razoável. No plano de mobilidade será o Município a iniciar diligências e obviamente a Junta será consultada e participará do planeamento. Lembrou que já explicou qual a ação a ter na defesa da floresta e quanto ao *software* livre, recorda que vários dos contratos que a Junta tem são indexados a programas de apoio comunitário e que é obrigatório manter. Nos que não são obrigatórios a Junta irá rever para pagar o mínimo possível. No caso dos lixos amontoados e dos monstros, falar-se-á com a Câmara Municipal para colocar publicidade de aviso, mas tudo se irá fazer para resolver. O estacionamento ilegal, que não permite entrada e saída da garagem junto à Junta de Argivai, irá ser resolvido. Terminou dando boa noite a todos e desejando Feliz 2018. -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo Amorim, agradeceu a presença de todos, as intervenções efetuadas, os esclarecimentos prestados pelo Presidente do Executivo e fez votos para que o Novo Ano de 2018 traga muitos sucessos a esta União de Freguesias e à vida de todos nós. Desejou um Bom Ano para todos e a continuação de uma boa noite e deu por encerrada a reunião às zero horas e trinta e cinco minutos. -----  
De tudo para constar, se lavrou a presente ata. -----

Sandra Maria Araújo Amorim